

Carvalho da Silva diz que “austeridade não terminou” e apela aos portugueses para “resistirem”

[E expresso.sapo.pt/politica/2017-02-02-Carvalho-da-Silva-diz-que-austeridade-nao-terminou-e-apela-aos-portugueses-para-res](http://expresso.sapo.pt/politica/2017-02-02-Carvalho-da-Silva-diz-que-austeridade-nao-terminou-e-apela-aos-portugueses-para-res)



Lusa



“Não podemos aceitar que o que foi introduzido como exceção se torne normalidade e, se não tivermos a capacidade de resistir, o que se fará será um abaixamento do patamar de desenvolvimento do país”, diz o ex-líder da CGTP

O ex-líder da CGTP Manuel Carvalho da Silva afirmou esta quinta-feira que “a austeridade não terminou” e, considerando inaceitável “que o que foi introduzido como exceção se torne normalidade”, apelou à “capacidade de resistir” dos portugueses.

“Nós andámos muito e devemos bater-nos para não andarmos para trás. Não podemos aceitar que o que foi introduzido como exceção se torne normalidade e, se não tivermos a capacidade de resistir, o que se fará será um abaixamento do patamar de desenvolvimento do país”, afirmou Carvalho da Silva durante o seminário “O Trabalho Hoje”, organizado no Porto pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) no âmbito das comemorações do Centenário da Inspeção do Trabalho em Portugal.

Criticando a atual sociedade “que acha que tudo é mercantilizável”, incluindo o trabalho, e em que “a palavra crise se transformou numa instituição”, o professor e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra censurou a política “neoliberal” da União Europeia que insiste em “aplicar aos países do Sul” a “cartilha da austeridade”, sob o “pretexto” de que andaram “a viver acima das possibilidades”.

Para Carvalho da Silva, com a austeridade o que se pretende é “cortar os custos do trabalho” – nomeadamente os salários –, “reduzir as pensões”, “baixar o patamar dos direitos sociais fundamentais”, “liberalizar as relações laborais” e “atacar a contratação coletiva”, para no final se “favorecer a afirmação de uma coutada de baixos salários” atraente para o investimento estrangeiro.

Considerando que, no mundo do trabalho, “a ACT tem um desafio imenso”, o ex-líder da CGTP defendeu que não é possível “aceitar um recuo civilizacional”.

Para o professor universitário, é falsa a ideia que as tecnologias e a robotização significam o “fim anunciado do trabalho”: “Não. Tal como nas outras revoluções, é possível, o que é preciso é ter noção que o futuro do trabalho é determinado por políticas, é sempre politicamente determinado, e não há nenhum caminho inevitável”, sustentou.

Como exemplo, Carvalho da Silva avançou o aumento da esperança média de vida, que, em vez de uma ameaça, devia ser encarada como uma oportunidade de criação de “milhares de postos de trabalho úteis para resolver os bloqueios da sociedade”, nomeadamente responder ao desafio do envelhecimento populacional.

Na sua intervenção, o investigador descreveu ainda Portugal como “um país que é excessivamente permissivo com as desigualdades e com a pobreza”, considerando que a conceção vigente de que “só são pobres se não tiverem meios de alimentação suficientes” é de “um país muito atrasado”.

Defensor de que “as políticas macroeconómicas têm que incluir políticas salariais” e que “a negociação coletiva é o ancoradouro da liberdade individual”, Carvalho da Silva apelou à união dos portugueses em torno de uma única “reivindicação” em matéria fiscal: “Que todos os cidadãos paguem impostos de acordo com a riqueza de que tomam posse, venha ela de onde venha”.